



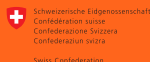
**ACP** OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# *Remessas na África, Caraíbas e Pacífico*



*Uma iniciativa do Secretariado ACP,  
financiada pela União Europeia,*

*implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça,  
da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA*



## Nota de informação

ACPOBS/2011/NI02

# 2011

## **Observatório ACP das Migrações**

O Observatório ACP das Migrações é uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e da Suíça. Fundado em 2010, o Observatório ACP é uma instituição concebida para produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento.

O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração. As actividades estão a iniciar-se em 12 países piloto e serão progressivamente alargadas a outros países ACP interessados. Os 12 países piloto são: Angola, Camarões, Haiti, Quénia, Lesoto, Nigéria, Papua-Nova Guiné, a República Democrática do Congo, a República Unida da Tanzânia, Senegal, Timor-Leste, e Trindade e Tobago.

O Observatório deu início a actividades de investigação e de criação de capacidades relativamente à migração Sul-Sul e ao desenvolvimento. Através destas actividades, o Observatório ACP pretende abordar muitas questões que assumem uma importância cada vez maior para o Grupo ACP no âmbito da relação migração-desenvolvimento. É possível aceder e transferir gratuitamente documentos e outros dados de investigação, bem como manuais de desenvolvimento de capacidades através da página web do Observatório ([www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)). Outras publicações e informações futuras sobre as actividades do Observatório serão publicadas on-line.

© 2011 Organização Internacional para as Migrações (OIM)

© 2011 Observatório ACP das Migrações

Documento elaborado por Susanne Melde, Encarregada de Estudos do Observatório da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) das migrações. Esta publicação foi produzida com a assistência financeira da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da inteira responsabilidade do Observatório ACP das Migrações e não pode em caso algum ser considerado como reflectindo a posição do Secretariado do Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), da União Europeia, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e dos outros membros do consórcio do Observatório ACP das Migrações, da Confederação Suíça ou do UNFPA.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser extraída, reproduzida, traduzida ou utilizada em qualquer formato ou em qualquer meio, eletrónico, mecânico, incluindo fotocópia e gravação ou qualquer outro meio, sem o prévio consentimento por escrito do editor.



ACP

OBSERVATORY ON MIGRATION  
OBSERVATOIRE ACP SUR LES MIGRATIONS  
OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES

# *Remessas na África, Caraíbas e Pacífico*



As remessas efectuadas pelos trabalhadores migrantes para os países de origem constituem, sem dúvida, o elemento mais tangível da relação existente entre migração e desenvolvimento. Essas transferências não se traduzem apenas em remessas financeiras, mas consistem igualmente em «remessas sociais», ou seja, um conjunto de contribuições prestadas pelos migrantes e membros das diásporas. A presente nota de informação foi preparada no intuito de clarificar a definição deste conceito, procurando igualmente corresponder aos desafios relativos à obtenção de dados nesta matéria, identificar as principais tendências verificadas neste domínio nos países ACP e formular recomendações destinadas aos órgãos de decisão política dos países ACP.

## 1. Definições e desafios em matéria de obtenção de dados

Ainda recentemente, as transferências financeiras internacionais eram definidas como: **o somatório das remessas dos trabalhadores, da remuneração dos assalariados e das transferências de capital dos migrantes** (FMI, 2009a, b; Banco Mundial, 2010a). Com base nas recomendações apresentadas em 2006 por um grupo de trabalho técnico sobre a melhoria dos dados relativos às remessas pelos trabalhadores migrantes para o país de origem, dirigido pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as remessas dos migrantes já não estão abrangidas por essa definição e as remessas de fundos dos trabalhadores para o país de origem foram substituídas pelo conceito de «transferências pessoais». Desde 2009, o FMI considera que, nas suas estatísticas sobre a balança de pagamentos, as remessas de fundos incluem apenas dois elementos: **(1) a remuneração dos**

**As transferências dos migrantes para o país de origem não são estritamente financeiras, incluindo também outros tipos de transferências**

### Definição de transferências financeiras

#### 1. Remuneração de assalariados:

montante bruto do salário dos trabalhadores residentes no estrangeiro durante menos de 12 meses, incluindo os rendimentos dos residentes empregados por embaixadas, instituições internacionais e empresas estrangeiras;

#### 2. Definição alterada em 2009 – Transferências pessoais:

todas as transferências em espécie ou género remetidas ou recebidas por migrantes e outras pessoas para o país de origem;

#### 3. Complementos:

(1) Remessas pessoais,

(2) Transferências totais e

(3) Transferências totais e transferências para instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

(FMI, 2009a, b; Banco Mundial, 2010)

**trabalhadores e (2) as transferências pessoais.**<sup>1</sup> É de salientar que os rendimentos dos migrantes a curto prazo (que vivem no estrangeiro por menos de 12 meses) estão incluídos na definição, embora por vezes nunca cheguem a ser transferidos (ou não totalmente) para os países de origem.

### Fluxos de remessas formais

**Não é possível reunir e comparar os dados de diversos países, como os países ACP.** Deve salientar-se que, apesar da clara definição fornecida pelo FMI de *transacções internacionais em Remittances: Guide for Compilers and Users* (2009b), os dados relativos às remessas de migrantes para o país de origem variam de um país para outro. Tal facto pode explicar-se, nomeadamente, pela diversidade de dados disponíveis e de contextos nacionais, pela utilização do estatuto de nacional em vez do estatuto de residente e pelo modo como o tratamento de dados tem sido simplificado. Certos países não declaram os fluxos de entrada ou saída de remessas para as estatísticas do FMI sobre balança de pagamentos, que permanecem como a principal fonte de dados resultantes da recolha de dados comparados entre países, na obra [\*Migration and Remittances Factbook\*](#), publicada pelo Banco Mundial. Outras dificuldades incluem a utilização de metodologias diferentes e de informações obsoletas e a exclusão de dados constantes das remessas efectuadas por operadores que não são bancos, como os operadores de transferências de dinheiro (OTD, por exemplo, a Western Union), os serviços postais e os OTD móveis (Irving *et al.*, 2010; Banco Mundial, 2010a). Além disso, as transferências de certos bens, como os bens de consumo, não fazem parte das estatísticas oficiais, embora desempenhem um papel importante (por exemplo, entre a Nigéria e os países vizinhos da África Ocidental), e deveriam ser analisadas nos inquéritos sobre transferências.

Ainda há menos informações sobre as transferências Sul-Sul que, provavelmente, são menos significativas devido às diferenças salariais mais reduzidas entre os países ACP e outros países em desenvolvimento. Trata-se de um aspecto a explorar, tal como as remessas internas de fundos, que até ao momento

---

1 Três formas remessas são consideradas como complementares, mas não obrigatórias nas estatísticas sobre as remessas pelos migrantes para o país de origem: as **remessas pessoais** (o somatório das transferências pessoais e da remuneração líquida dos trabalhadores não residentes), **as remessas totais** (o somatório das remessas de fundos e das prestações sociais) e as **remessas totais e transferências para instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias** (ISBLSM, uma rubrica que inclui igualmente os donativos). Trata-se de indicadores cumulativos de diferentes rubricas. Por questões de coerência nas séries cronológicas, as remessas dos trabalhadores para o país de origem serão incluídas nas estatísticas como rubrica complementar (v. FMI, 2009a, b; Reinke, 2007).

ainda não foram estudadas. Como os movimentos internos são significativos nos países ACP, estas duas formas de remessas poderiam desempenhar uma função importante, até agora esquecida, na redução da pobreza e no aumento de rendimentos. Este fenómeno merece uma atenção especial.

### Fluxos de remessas informais


A incoerência já referida dos dados entre diferentes países diz apenas respeito às transferências financeiras formais efectuadas pelos migrantes. Contudo, estima-se que os fluxos de remessas poderiam ser mais elevados, numa percentagem que poderia atingir os 50 por cento, se os valores enviados por canais informais fossem contabilizados nas estatísticas oficiais. Em consequência desse volume elevado das remessas que, no entanto, é desconhecido na maior parte dos casos, certos países da África Subsariana não declaram as remessas oficiais na respectiva balança de pagamentos. Seria necessário realizar inquéritos junto das famílias remetentes e destinatárias para obter dados fiáveis sobre os fluxos informais (Banco Mundial, 2010a).

### Remessas sociais

Por transferências sociais, entendem-se quaisquer ideias, práticas, identidades e capital social transmitidos pelas comunidades de destino às comunidades de expedição (Levitt, 1998). Ideias inovadoras, redes transnacionais úteis, conhecimentos, valores políticos, reformas da acção pública e novas competências tecnológicas são igualmente transferências sociais.

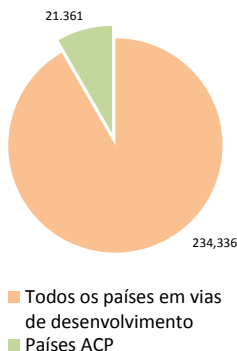
## 2. Números e grandes tendências nos países ACP

### Fluxos de entrada de remessas

 Embora os países ACP representem mais de metade dos países em desenvolvimento<sup>2</sup>, recebem apenas uma parte relativamente reduzida das remessas oficialmente declaradas, **cerca de 9 por cento das remessas para países em desenvolvimento** em 2010 (ver o gráfico n.º 1, à esquerda). À escala mundial, calcula-se que os países ACP terão **recebido em 2010 apenas 6,7 por cento do total mundial das remessas** (Banco Mundial, 2010b; cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial).

2 Segundo a classificação de países em desenvolvimento do Banco Mundial (ver <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>) e do PNUD, que considera como países em desenvolvimento todos os que apresentem um indicador de desenvolvimento humano muito elevado (ver <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/South.pdf>).

**Gráfico 1: Fluxos de entrada de remessas (milhões de euros), estimativas 2010**



Fonte: Banco Mundial, dados de 2010 (taxa de câmbio ONU de Novembro 2010) ; dados não disponíveis em 18 países ACP.

**4 países ACP figuram entre os 10 primeiros da classificação mundial de países destinatários elaborada com base nas remessas registadas em percentagem do PIB**

**As remessas resistiram relativamente bem à crise económica e financeira mundial, tornando-se uma fonte mais importante de financiamento externo**



Segundo estimativas do Banco Mundial, **em 2010 os países ACP receberam 21,4 mil milhões de euros de remessas** (ver o gráfico n.º 1; dados do Banco Mundial, 2010b, e taxa de câmbio de Novembro de 2010 das Nações Unidas). No entanto, 18 países não forneceram dados, alguns deles figurando provavelmente entre os que registam fluxos elevados de remessas [a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo (RDC), a Somália e o Zimbabué] (Mohapatra *et al.*, 2010).<sup>3</sup> Esses dados excluem um país ACP em cada cinco. As remessas destinadas aos países ACP são provavelmente muito superiores, tanto mais que a dimensão dos fluxos informais é desconhecida.



**A Nigéria é o único país ACP que figura entre os 10 países que lideram a classificação mundial dos países destinatários: recebe um terço do total das remessas destinadas aos países ACP** (ou seja, um montante estimado em 7,2 mil milhões de euros em 2010; dados do Banco Mundial, 2010b, e taxa de câmbio de Novembro de 2010 das Nações Unidas).



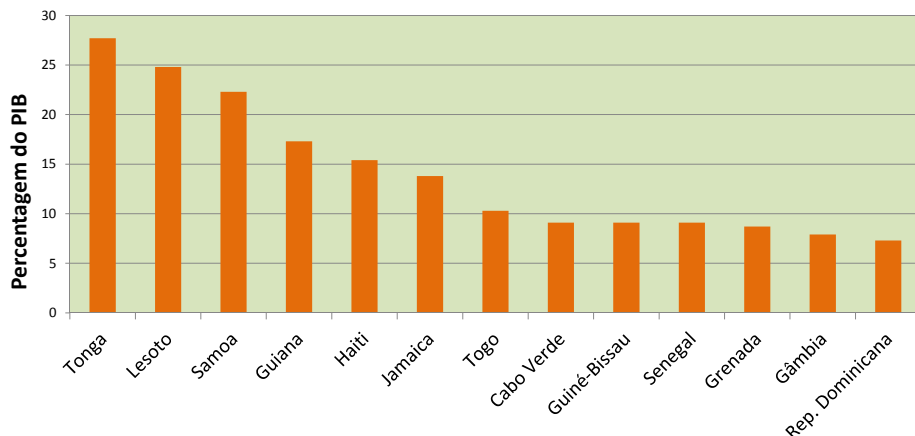
**Em valores relativos, as remessas desempenham uma função muito importante num grande número de países ACP. Quatro países ACP figuram entre os 10 países que lideram a classificação dos países destinatários, constituída em função das remessas registadas em percentagem do PIB** (as Ilhas Tonga, o Lesoto, as Ilhas Samoa e a Guiana). As Ilhas Tonga e o Lesoto só são superados pelo Tajiquistão e, por conseguinte, figuram entre os três

3 Dados não disponíveis sobre os fluxos destinados a Angola, Bahamas, República Centro-Africana, Chade, Ilhas Cook, República Democrática do Congo (RDC), Cuba, Guiné Equatorial, Eritreia, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Somália, Timor-Leste, Tuvalu e Zimbabué.



primeiros países enumerados na classificação mundial. Treze países ACP figuram entre os trinta primeiros países dessa classificação (ver o gráfico n.º 2; Banco Mundial, 2010b).

**Gráfico 2: Países ACP receptores de remessas entre os 30 primeiros do mundo, 2009**



Fonte: Banco Mundial, 2010b

Como **as remessas são mais estáveis e previsíveis do que outros fluxos financeiros**, a sua diminuição durante a crise financeira mundial de 2008 e 2009 foi moderada, em comparação com a queda de 40 por cento dos fluxos relativos ao investimento directo estrangeiro (IDE), aos fundos fiduciários, ao endividamento privado e aos investimentos de carteira destinados aos países em desenvolvimento (Gallina, 2010; Mohapatra *et al*, 2010). De 2008 a 2009, as transferências de fundos destinadas aos países ACP diminuíram 4,1 por cento, uma percentagem inferior à média mundial (-6,1 por cento) ou à média calculada à escala dos países em desenvolvimento (-5,5 por cento). As remessas aumentaram 4 por cento entre 2009 e 2010, regressando ao nível registado antes da crise financeira e económica mundial (cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial, 2010b).

## Fluxos de saída de remessas

**Os países ACP são igualmente países remetentes**, por muito que este aspecto possa muitas vezes passar despercebido: 7 por cento do total dos fluxos saídos declarados oficialmente a partir de países em desenvolvimento são enviados a partir de países ACP, ou seja 2,7 mil milhões de euros (ver

o gráfico n.º 3).<sup>4</sup> Transposta para a escala mundial, esta percentagem representa apenas 1,5 por cento do total de fluxos saídos (Banco Mundial, 2010b; cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial).

**Gráfico 3: Fluxos de saída de remessas (milhões de euros), estimativas 2009**



Fonte: Banco Mundial, dados de 2010 (taxa de câmbio Dez. 2009); dados não disponíveis em 34 países ACP.

**Durante a crise, os fluxos saídos diminuíram mais do que os entrados**

**Três países ACP** (a Guiné-Bissau, a Guiana e as Ilhas Tonga) **figuram entre os dez países que lideram a classificação mundial dos países expeditores** elaborada com base nas remessas registadas em percentagem do PIB, e oito países ACP figuram entre os trinta países que lideram esta classificação (ver o gráfico n.º 4 abaixo, Banco Mundial, 2010b). No entanto, as saídas de capitais estão muitas vezes associadas aos sectores económicos que atraem o IDE e a maior parte dos lucros não fica nos países.

Desde 2008, os fluxos de saída de remessas aumentaram 16 por cento, após uma diminuição de 16,8 por cento entre 2007 e 2008 (cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial, 2010b). Esta flutuação pode indicar que **os fluxos de remessas com origem em países ACP sofreram mais o impacto da crise financeira** do que os fluxos de entrada. Contudo, tal como os fluxos de entrada de remessas, os fluxos de saída recuperaram depois o seu nível anterior à crise.

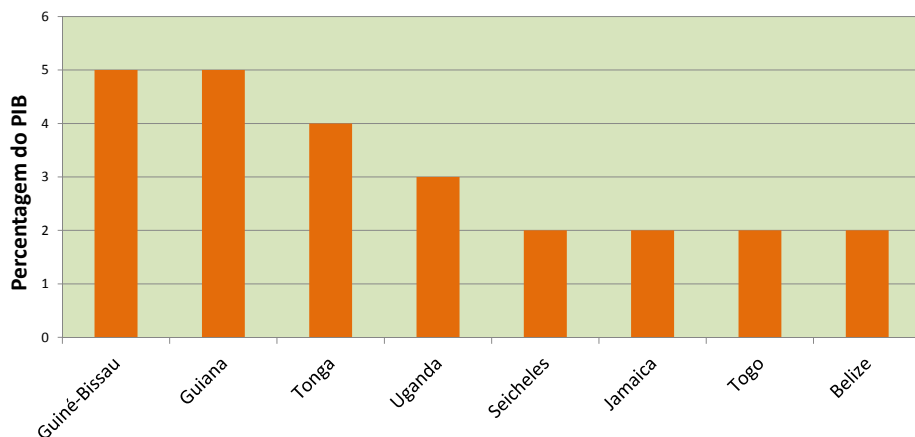
**Os fluxos de saída de remessas quase duplicaram durante os últimos dez anos** (cálculos dos autores baseados em dados do Banco Mundial, 2010b), o que poderá ficar a dever-se ao aumento do número de imigrantes nos países ACP, a uma melhor recolha de dados e/ou às saídas de capitais dos sectores industriais chave.

4 Dados não disponíveis sobre Barbados, Benim, Burquina Faso, República Centro-Africana, Chade, Ilhas Cook, Comores, República Democrática do Congo (RDC), Cuba, Guiné Equatorial, Eritreia, Gabão, Gana, Quiribati, Madagáscar, Malavi, Ilhas Marshall, Mauritânia, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papuásia-Nova Guiné, Ilhas Samoa, Senegal, Somália, Sudão, Suazilândia, Timor-Leste, Trindade e Tobago, Tuvalu, Vanuatu e Zimbabué.

Em 2009, os fluxos de entrada de remessas foram superiores aos fluxos de saída em percentagem do PIB na maior parte dos países ACP cujos dados estão disponíveis. Escapam a esta constatação o Botsuana, as Seicheles, as Ilhas Salomão, a África do Sul, o Suriname, a Tanzânia e a Zâmbia, uma situação que fica a dever-se à existência de fluxos significativos de imigrantes ou à incoerência dos dados disponíveis.

Em sete países ACP, os fluxos saídos excederam os entrados em 2009

**Gráfico 4: Países ACP que enviam remessas entre os 30 primeiros do mundo, 2009**





Fonte: Banco Mundial, 2010b

## **África Ocidental**



As remessas para os 16 países da África Ocidental<sup>5</sup> representam 43,4 por cento do total das transferências efectuadas pelos emigrantes ACP, ou seja, a percentagem mais elevada das seis regiões ACP (dados do Banco Mundial, 2011b).

No entanto, as remessas para a região permanecem modestas à escala mundial. Os fluxos de entrada de remessas, da ordem dos 9,3 mil milhões de euros em 2010, representam 4 por cento dos fluxos totais para os países em desenvolvimento, uma percentagem marginal (Banco Mundial, 2010b).


5 Segundo a classificação das regiões do Secretariado do Grupo dos Estados ACP.

-  As remessas variam de forma bastante acentuada, tanto em valor absoluto como em valor relativo, entre os países da região: um único país ACP (a Nigéria) figura entre os trinta primeiros na classificação mundial de países destinatários em valor absoluto, mas cinco (Togo, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Senegal e Gâmbia) figuram entre os trinta primeiros da classificação mundial dos países destinatários em valor relativo, ou seja, em percentagem do PIB (Banco Mundial, 2010b).
-  **A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) permanece superior às remessas para todos esses países**, excepto na Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Togo (Gallina, 2010, com base em dados do PNUD, 2009).

### **África Central**




-  Nos oito países da África Central, as remessas não excedem a APD e **são pouco elevadas quando comparadas com as das cinco restantes regiões ACP**. Este facto explica-se em parte pela falta de dados sobre metade destes países.<sup>6</sup> Resulta da análise das remessas declaradas e destinadas aos quatro países cujos dados estão disponíveis (125,3 milhões de euros) que os Camarões recebem de longe a percentagem mais elevada dessas remessas (86 por cento) (Banco Mundial, 2010b). Estima-se que muitas das transferências são efectuadas para zonas rurais (FIDA, 2007).
-  Por contraste com os emigrantes da África Ocidental e Oriental, os **emigrantes desta região tenderam em 2005 a deslocar-se principalmente para outros países de África**, onde os rendimentos dos trabalhadores são inferiores aos dos emigrantes para países da OCDE (Migration DRC, 2007). Além disso, calcula-se que uma grande parte das transferências intra-regionais na África Central, mais ainda do que noutras regiões, é efectuada através de **canais informais** que não figuram nas estatísticas (Gallina, 2010).

### **África Oriental**





-  Os **fluxos de remessas destinados aos 14 países da África Oriental são pouco elevados em valores absolutos**, quando comparados com a situação de outras regiões ACP (da ordem dos 4,7 milhões de euros em 2010, segundo as estimativas). São elevados no Sudão, onde representam 48,9 por cento do total regional (Banco Mundial, 2010b).

---


6 República Centro-Africana, Chade, República Democrática do Congo (RDC) e Guiné Equatorial.

-  **Segundo as estimativas, os fluxos de remessas informais poderão representar até 80 por cento dos fluxos destinados ao Uganda** (Gabinete do Alto Representante para os países menos avançados, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e Gabinete do Conselheiro Especial para a África, Nações Unidas, 2006). Segundo um inquérito relativo ao corredor de remessa Tanzânia-Uganda, 60 por cento das pessoas inquiridas declararam preferir enviar dinheiro através dos canais informais, por exemplo por motoristas de autocarros, agentes de câmbio e trabalhadores do sexo regularizados para passar nas fronteiras (OIM, 2009b).
-  **Os fluxos de entrada de remessas excedem nitidamente os fluxos de saída, excepto na Tanzânia**, onde os fluxos de saída de remessas são mais de três vezes superiores (10,8 milhões de euros de fluxos entrados, contra 36,2 milhões de euros de fluxos saídos em 2009) (dados do Banco Mundial, 2010b, taxa de câmbio de Outubro de 2010 das Nações Unidas).
-  **Os fluxos internos devem ser melhor analisados.** Durante um inquérito efectuado no Quênia em 2009 pelo Banco Central do Quênia e pelo programa Financial Sector Deepening (FSD), mais de metade das pessoas declarou ter recebido remessas internas, contra 16,5 por cento em 2006.


### África Austral


-  As transferências efectuadas por emigrantes para os dez países da África Austral são **modestas em percentagem do PIB**, excepto no Lesoto (25% em percentagem do PIB) (Banco nacional, 2010b). Em valores absolutos, é a África do Sul que lidera os países de destino (e de envio) da região (725,8 milhões de euros), seguida do Lesoto (com cerca de metade desse valor).
-  **Há diferenças importantes no comportamento dos remetentes do sexo masculino e feminino:** as remessas das mulheres são mínimas, o que se explica pela remuneração inferior que recebem e pelos contratos de trabalho específicos aplicados (ou até pela falta de contratos de trabalho) (Dodson *et al.*, 2008).
-  **As remessas excedem a APD**, pelo menos na Namíbia (Gallina, 2010 com base nos dados de 2009 do PNUD).
-  Os fluxos de saída de remessas **mais elevados em valor absoluto são os registados com origem na África do Sul** (770 milhões de euros): excedem


os fluxos de entrada e demonstram a importância da África do Sul como país de imigração na região (Banco Mundial, 2010b). **Em Angola**, um país que não acolhe um número muito elevado de imigrantes provenientes da região, **observam-se contudo remessas significativas para o estrangeiro: essas remessas são mesmo superiores às da África do Sul em percentagem do PIB** (1 por cento do PIB em Angola, contra 0,4 por cento do PIB na África do Sul). Este fenómeno pode explicar-se pelos grandes benefícios obtidos no sector da extracção mineira ou pelo facto de os dados fornecidos serem inexactos ou apresentarem lacunas.


 **Os canais informais** são a opção privilegiada na região: rondam os 90 por cento no Lesoto (Crush *et al.*, 2010) e, segundo as estimativas, são quase exclusivos no corredor África do Sul - Zimbabué (Kerzner, 2009).

## **Caraíbas**


 As Caraíbas receberam quase 5,6 mil milhões de euros de fluxos de entrada de remessas (Banco Mundial, 2010b), ou seja, **mais de um quarto das remessas destinadas aos países ACP** em 2010, embora esta região agrupe apenas 16 países. Na Jamaica, os destinatários recebem fundos não só da parte de familiares, mas também — e cada vez mais — da parte de amigos (IPPR e GDN, 2010).

 Cinco países (a Guiana, o Haiti, a Jamaica, Granada e a República Dominicana) **figuram entre os trinta países que lideram a classificação mundial dos países destinatários** em valor relativo (Banco Mundial, 2010b).


 **Os fluxos de entrada de remessas são nitidamente superiores à APD**, pelo menos no Suriname e em São Vicente e Granadinas.


 No caso dos fluxos saídos, os dados disponíveis sugerem que os montantes são **mais de dez vezes inferiores aos dos fluxos entrados**, da ordem de quase 470 milhões de euros em 2009, segundo as estimativas. No entanto, três países (Guiana, Jamaica e Belize; Banco Mundial, 2010b) figuram entre os trinta países que lideram a classificação mundial dos países expedidores em valor relativo.

## **Pacífico**

 Os dados disponíveis sobre esta região apontam para o **papel de relevo desempenhado pela migração**. As remessas para as Ilhas Tonga e Samoa representam respectivamente cerca de 28 e 22,3 por cento do respectivo

PIB, o que coloca esses dois países entre os dez que lideram a classificação mundial dos países de destino em valor relativo (Banco Mundial, 2010b; ver o gráfico n.º 2 abaixo).

 **Em valor absoluto, os fluxos oficiais de entrada de remessas são marginais na região** (290 milhões de euros em 2010; Banco Mundial, 2010b). Oito países em quinze não declaram fluxos de entrada de remessas em 2010, mas tratou-se essencialmente de países muito pequenos, que não fazem qualquer diferença no número global.

 **A comparação entre as remessas e a APD revela tendências contrastantes:** as remessas são superiores à APD por habitante (em USD) nas Ilhas Fiji, Tonga e Samoa, enquanto que a APD é superior às remessas de fundos na Papuásia-Nova Guiné e nas Ilhas Salomão e Vanuatu (Gallina, 2010, com base nos dados de 2009 do PNUD).

### 3. Impacto das remessas de fundos no desenvolvimento e na redução da pobreza

As remessas em espécie ou em géneros que os emigrantes enviam para o país de origem são fluxos privados e as famílias que os recebem não podem ser obrigadas a colocar os seus fundos próprios ao serviço do desenvolvimento do país respectivo. **Essas transferências não podem substituir as políticas de desenvolvimento**, de criação de emprego e de reforço da economia local. Não se **substituem aos fluxos públicos**, como a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) centrada nos grupos mais pobres da sociedade, no alívio da dívida ou no investimento directo estrangeiro (IDE) no sector privado.

As remessas dos emigrantes para o país de origem podem contribuir para reduzir a pobreza, reforçar o desenvolvimento humano e aumentar os rendimentos. Contudo, **promover a emigração enquanto estratégia de desenvolvimento a fim de aumentar os fluxos de entrada de remessas não é uma solução sustentável** (Melde e Ionesco, 2010). O conjunto das políticas, programas e estudos sobre as migrações e as remessas devem adoptar uma abordagem centrada nos direitos humanos.






**As remessas não podem substituir-se às políticas de desenvolvimento nem à APD. Podem apenas complementar esses esforços**

**As remessas não são uma solução para o desenvolvimento**

**Condição *sine qua non*: um enquadramento económico, político e jurídico mínimo**



O impacto das remessas dos emigrantes depende em grande medida de um **contexto político, económico e jurídico propício** (Ratha e Mohapatra, 2007; de Haas, 2010). Esse contexto político e económico, bem como as capacidades institucionais, devem merecer mais atenção na maior parte dos países ACP.

### Efeitos macroeconómicos das remessas






-  São uma fonte essencial de **divisas estrangeiras**.
-  Em certos casos, as remessas podem melhorar **a solvabilidade de um país para empréstimos no estrangeiro** e facilitar desse modo o seu acesso aos mercados mundiais de capitais.
-  Promovem **o desenvolvimento do sector financeiro** se estiverem reunidas as condições necessárias e podem, desse modo, contribuir para o crescimento económico (Ghosh, 2006; Ratha e Mohapatra, 2007).
-  **As exportações podem tornar-se menos competitivas**, na medida em que a cotação da divisa aumente e em que as taxas de câmbio sejam menos favoráveis (OSCE, OIM e OIT, 2006; Ratha, Mohapatra e Silwal, 2010).
-  Uma dependência macroeconómica pode instaurar-se face às remessas, que poderão ser fonte de **inflação**.

**No Uganda, a percentagem de pessoas em situação de pobreza diminuiu 11 pontos percentuais graças às remessas dos emigrantes** (Ratha e Mohapatra, 2007)

### Efeitos microeconómicos das remessas e impacto potencial no desenvolvimento humano




-  **As remessas são fonte de rendimentos (suplementares)** para quase 40 por cento das pessoas inquiridas durante um inquérito às famílias realizado em Angola; os fundos recebidos do estrangeiro são a única fonte de rendimentos para 16 por cento dos aglomerados familiares (Alvarez Tinajero, 2010).
-  **As remessas contribuem para a redução da pobreza**, pois melhoram o nível de vida e o bem-estar das famílias (Bakewell, 2009; Ghosh, 2006; Luthria, 2009; CNUCED, 2011), bem como o acesso aos alimentos, à água, aos cuidados de saúde e à educação, especialmente para as crianças. Nesse sentido, têm impacto nos direitos humanos fundamentais. Permitem, por exemplo, a escolarização das jovens em sociedades em que o acesso que lhes é dado ao ensino é muito limitado (Docquier *et al.*, 2008).



-  **Podem fazer reduzir o trabalho infantil**, na medida em que são uma fonte de rendimentos e permitem financiar os cuidados de saúde, a educação e o consumo (Yang, 2009).
-  Podem ser fonte **de financiamento das despesas imprevistas em fases de crise e após catástrofes**, por exemplo a fim de fazer face a despesas com cuidados de saúde de emergência ou com funerais, ou **nas regiões atingidas por alterações climáticas ou pela degradação ambiental**. Nesse sentido, podem contribuir para atenuar o impacto destes fenómenos, como no Senegal (PNUD, 2009; Gabinete do Alto Representante para os países menos avançados, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e Gabinete do Conselheiro Especial para a África, Nações Unidas, 2006) e para investimentos em habitação e em actividades financeiras (Ratha et al, 2011).
-  **São uma fonte de financiamento estável e contracíclico** em tempos de crise, como durante a crise financeira e económica mundial de 2008-2009.
-  **Podem desencadear actividades económicas** através (do aumento) da procura de bens e serviços, despoletada pelo aumento do poder de compra e por um maior acesso dos pequenos empresários ao microcrédito e aos pequenos créditos (Gabinete do Alto Representante para os países menos avançados, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e Gabinete do Conselheiro Especial para a África, Nações Unidas, 2006).
-  Fazem aumentar **a dependência das remessas enquanto fonte de rendimentos** como no caso de 21 por cento das pessoas interrogadas no Quénia em 2009, contra apenas 14,3 por cento em 2006. Estas transferências tornaram-se a principal fonte de rendimentos no caso dos jovens (60,1 por cento em 2009, contra 54,6 por cento em 2006; Banco central do Quénia e FSD Quénia, 2009).

Os membros das diásporas parecem menos hesitantes que os investidores tradicionais em relação ao investimento no sector privado

Não devem esquecer-se os efeitos negativos que as remessas podem ter para os emigrantes e as suas famílias — daí a importância de uma abordagem baseada nos direitos humanos

-  **Têm consequências sociais e económicas (negativas)** para os jovens e outros membros das famílias, na medida em que os montantes enviados vão diminuindo muitas vezes ao longo do tempo enquanto se poderá ter gerado uma dependência das remessas. Além disso, a ausência dos pais tem contribuído para o aumento da taxa de abandono escolar dos jovens na Jamaica, ao mesmo tempo que fez aumentar a probabilidade de escolarização noutros países (IPPR e GDN, 2010).
-  **A obrigação social de enviar fundos** pode levar trabalhadores migrantes a viverem em situações precárias para poderem fazer o máximo possível de economias a fim de enviar dinheiro às famílias e pessoas próximas. A migração pode afectar os direitos humanos dessas pessoas. A falta de empregos nos países de destino pode igualmente impedir os migrantes de beneficiarem da sua liberdade individual.
-  **As remessas podem contribuir para superar ou aprofundar as desigualdades** entre as famílias que recebem fundos do estrangeiro e as que não recebem.

**As diásporas participam em projectos comunitários através da canalização das remessas**

**O contributo das diásporas vai além do envio de fundos e inclui a transferência de conhecimentos, competências, ideias e tecnologias**


De um modo geral, importa salientar que o impacto das remessas não pode generalizar-se e que esse impacto depende do contexto nacional, dos fluxos migratórios e das situações individuais. Os migrantes contribuem igualmente para a actividade económica e para a vida em sociedade nos países de destino.

Há iniciativas importantes que são tomadas graças ao empenhamento das diásporas, quer seja para favorecer o desenvolvimento das comunidades através da partilha das remessas, como nas *hometown associations* criadas por migrantes haitianos nos Estados Unidos, ou pelo desenvolvimento de infra-estruturas locais, como na África Ocidental, no vale do rio Senegal que percorre a Guiné, o Mali, a Mauritânia e o Senegal (Bakewell, 2009; Ghosh, 2006). Entre outros contributos dados pelas diásporas para os países e as comunidades de origem, deve citar-se a abertura de vias comerciais (designadamente com os produtos «nostalgia»), o investimento nos mercados de capitais (contas de depósito,


securização das remessas de fundos, empréstimos transfronteiriços, obrigações de diásporas, fundos mútuos e micro-seguros), o turismo dos membros das diásporas, as doações, o benevolato e o *lobbying* (que é exercido, por exemplo, pelo facto de se votar no estrangeiro) (Newland, 2010). As redes sociais, que vieram reforçar as redes transnacionais tradicionais dos migrantes, desempenham um papel cada vez mais importante.


## 4. Recomendações e exemplos de boas práticas

### 4.1 Recolha de dados sobre as remessas


 Apesar do interesse crescente que suscitam as remessas, a **recolha de dados** continua a ser dificultada por diversos obstáculos (FIDA, 2007). Convém **reforçar as capacidades** dos serviços nacionais de estatística. Trata-se de uma das actividades actualmente desenvolvidas pelo Observatório ACP das migrações. Estão programados inquéritos às famílias em matéria de remessas em diversos países piloto a fim de melhor conhecer os fluxos informais e as tendências das remessas e, se for caso disso, documentar o processo de elaboração de políticas adaptadas.

**Deve melhorar-se a recolha de dados e reforçar a coordenação dos países ACP relativamente às remessas de fundos Sul-Sul;** exemplos: a proposta do Benim de criar um **Observatório das remessas pelos migrantes** nos PMA e o **Instituto Africano de Remessas**

 **Importa recolher informações sobre os potenciais efeitos das remessas para as desigualdades** e do impacto causado pelas crises financeiras mundiais.

 A recolha de dados sobre as remessas deve ser **melhor coordenada** à escala nacional (no âmbito do Banco central e entre diferentes entidades nacionais) e com países ACP que figuram entre os principais países de destino.

**Meios técnicos como o modelo T21 podem causar cenários diferentes em função das orientações da acção pública** (OIM, 2009a)


 **Os fluxos de saída de remessas** parecem estar muitas vezes omissos na compilação e análise de estatísticas. Contudo, são importantes em certos países ACP, como a Tanzânia, e merecem uma maior atenção em todos os países ACP.


## 4.2 Facilitar as transferências de remessas


**Boa prática:**  
sítios Internet  
de comparação  
das despesas de  
transferência, em  
que estas são  
comunicadas, não  
pelas instituições  
financeiras mas por  
pesquisadores e  
consumidores:  
<http://remittanceprices.worldbank.org/> ou [www.sendmoneypacific.org](http://www.sendmoneypacific.org)


**A conta de poupança  
especial para  
emigrantes propõe  
uma taxa de juro  
mais elevada aos  
emigrantes que  
invistam ou comprem  
em Cabo Verde**  
(IC, 2006)


**No âmbito de um  
projecto da União  
Postal Universal e  
da FIDA, 355 novas  
agências de correio  
foram criadas  
em meio rural na  
África Ocidental, o  
que permitiu fazer  
aumentar em 100%  
as remessas dos  
emigrantes.**


 **Os custos elevados das transferências, sobretudo à escala intra-regional,** continuam a impedir os migrantes de enviar dinheiro por canais oficiais (FIDA, 2010). No [sítio Web do Banco Mundial que compara as despesas de transferência em USD](#) (à data de 10 de Março de 2011), os três corredores mais onerosos são os seguintes: Tanzânia - Quénia, Tanzânia - Ruanda e Tanzânia - Uganda. Estas elevadas despesas intra-ACP explicam-se talvez pela obrigação imposta aos OTA de se associarem a um banco comercial e de converter as remessas na divisa nacional, ou pela legislação sobre as taxas de câmbio, que reserva aos bancos o controlo do mercado, como acontece na África do Sul. Entre as práticas inovadoras, figura a interdição dos contratos de exclusividade dos OTA, destinada a aumentar a competitividade do sector formal, como na Nigéria (2010; Kerzner, 2009 ; Irving *et al.*, 2010).

 É necessário melhorar **a educação nas matérias financeiras** a fim de permitir que as pessoas tomem decisões com conhecimento de causa e para melhorar o acesso da população aos **instrumentos financeiros** e aos serviços bancários. O facto de se dispor de uma conta de poupança no país de origem pode contribuir para o aumento das remessas em 25 por cento. A falta de confiança nas instituições financeiras é igualmente um obstáculo a que convém obviar através da acção pública e da auto-regulação. Um exemplo de boas práticas é o projecto de educação em matérias financeiras desenvolvido pela OIM com o banco BANPRO na Nicarágua: 4 000 pessoas seguem um curso individual sobre diversos aspectos financeiros, designadamente as ajudas financeiras enviadas pelos migrantes, o orçamento, a poupança, o crédito e os seguros.

 **Associar as remessas e os produtos financeiros**, por exemplo, através da cooperação entre agentes privados e os poderes públicos, pode contribuir para estabelecer uma ligação mais duradoura com as instituições financeiras. As contas a prazo, os fundos de pensões e os produtos de microcrédito são aspectos a explorar, como prevêm certas recomendações relacionadas com Timor-Leste (Shuaib, 2008; Alvarez, 2009).

 **É conveniente reforçar a regulamentação dos operadores financeiros que intervêm na transferência de fundos**, designadamente os bancos e novos prestadores de serviços como os OTA móveis, a fim de reduzir os custos do envio de fundos (Irving *et al.*, 2010) e partilhar as informações sobre as transacções de e para os países ACP. A auto-regulação, por exemplo através de uma carta internacional *ad hoc*, pode contribuir para promover a transparência dos mercados e uma protecção adequada dos consumidores. O [Banco de reivindicações e os princípios gerais do Banco mundial](#) (2007) propõem um quadro de orientação.


 **As leis de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (LBC/FT) dificultam muitas vezes os fluxos oficiais das remessas**, por não serem claras para os operadores de transferências de fundos, prestando-se assim a confusões (Mohapatra *et al.*, 2010). Importa prever a organização de campanhas informativas ou a abolição das disposições que possam afectar as transferências de fundos.

 Quando exista um fluxo de migração dominante entre dois países, uma melhor regulamentação em ambos os países poderá permitir **oficializar as remessas**.


**As remessas podem ser associadas a empréstimos imobiliários no quadro de parcerias público-privadas**, como no caso do Banco Comercial do Burquina (BCB Burquina Faso) e do Banco do Habitat do Mali (Alvarez, 2009)

**Pode ser mais fácil deixar os prestadores de serviços de remessas auto-regular-se do que impor-lhes uma regulamentação:** criação de um comité de pilotagem constituído por consumidores e representantes do governo e dos prestadores de serviços de remessas (Fortescue, 2009).

### 4.3 Questões de género


-  Dadas as diferentes tendências registadas no envio, utilização e necessidades específicas, **é conveniente adoptar serviços e instrumentos financeiros expressamente concebidos para as mulheres.** Estas tendem a gastar mais na saúde e educação e a enviar uma maior parte do seu salário e com regularidade.


### 4.4 Reforço de instrumentos financeiros inovadores


-  Devem ser reforçados os sistemas de obrigações e outros que permitam à diáspora participar (Newland, 2010; Mohapatra *et al.*, 2010). Investir no país de origem, no sector imobiliário como no Quénia por exemplo, pode apresentar um certo interesse para as diásporas se os sistemas financeiros forem estáveis (Melde e Ionesco, 2010; Orozco, 2011; Ratha et al, 2011).


**Os países de origem podem propor dossiers informativos sobre investimentos e criar pastas atractivas, como a Caravana das PME no Senegal (OIM, 2009a) ou o sítio Web criado pelo governo de Cabo Verde sobre os investimentos acessíveis aos membros da diáspora (<http://ie.ic.cv/>).**

**As aplicações tecnológicas móveis de poupança, associadas ao telemóvel por exemplo, são mais acessíveis do que a Internet em muitos países ACP.**

-  Certas disposições legais como, por exemplo, as que obrigam os migrantes a apresentarem documentos comprovativos do estatuto legal no país de acolhimento, **poderão dificultar o acesso aos canais oficiais (Kerzner, 2009).** Podem ser adoptados canais inovadores para contornar este obstáculo.

-  **É necessário estender as aplicações tecnológicas móveis ao envio de fundos internacionais,** como sucede no caso do sistema [Tangaza Kenya](#) lançado por elementos da diáspora queniana, em que são oferecidos serviços móveis de transferências nacionais e internacionais.

-  No Quénia, uma pessoa em cada quatro constitui a sua poupança através do telemóvel, graças ao Sistema M-PESA (Banco central do Quénia e FSD Quénia, 2009), o que implica **grandes potencialidades de aforro para as pessoas que não tenham acesso aos serviços bancários.**

-  **Astransferências electrónicas,** como as apoiadas no âmbito do projecto piloto desenvolvido pela OIM e a União Postal Universal na Tanzânia e no Uganda, são possíveis graças ao progresso tecnológico (Melde e Ionesco, 2010).

## 5. Referências

### Alvarez Tinajero, S.P.

- 2009 *Enquête sur l'approche des banques et des institutions financières pour favoriser les transferts de fonds et les investissements des femmes migrantes. Burkina Faso et Mali (Inquérito sobre as orientações dos bancos e das instituições financeiras para favorecer as transferências de fundos e os investimentos das mulheres migrantes. Burquina Faso e Mali)*, elaborado para a OIM e a Cooperação Italiana para o Desenvolvimento em colaboração com a OIM Antena de Burquina Faso, OIM Camarões, OIM Antena de Cabo Verde, OIM Costa do Marfim, OIM Gana, OIM Mali e OIM Senegal.
- 2010 *Angola: A Study of the Impact of Remittances from Portugal and South Africa*, OIM Migration Research Series, No. 39, OIM, Genebra, [http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&cPath=2\\_3&products\\_id=567](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=2_3&products_id=567).

### Bakewell, O.

- 2009 *South-South Migration and Human Development: Reflections on African Experiences*, Human Development Research Paper 2009/07, PNUD, [http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP\\_2009\\_07.pdf](http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_07.pdf).

### Banco Central do Quênia e Financial Sector Deepening (FSD) Quênia

- 2009 *FinAccess National Survey 2009. Dynamics of Kenya's Changing Financial Landscape*, Banco Central do Quênia e FSD Quênia, Nairobi, [http://www.fsdkenya.org/finaccess/documents/09-06-10\\_FinAccess\\_FA09\\_Report.pdf](http://www.fsdkenya.org/finaccess/documents/09-06-10_FinAccess_FA09_Report.pdf).

### Banco de Regulamentos Internacionais (BRI) e Banco Mundial

- 2007 *General Principles for International Remittance Services*, Comité sur les systèmes de paiement et de règlement (CSPR), Basileia, [http://siteresources.worldbank.org/INTPAYMENTREMITTANCE/Resources/New\\_Remittance\\_Report.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTPAYMENTREMITTANCE/Resources/New_Remittance_Report.pdf).

## **Banco Mundial**

- 2010a *Data Notes, The Migration and Remittances Factbook 2011*, Unidade das migrações & transferências de fundos, Banco Mundial, Washington, D.C., <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>.
- 2010b *The Migration and Remittances Factbook 2011*, Unidade das migrações & transferências de fundos, Banco Mundial, Washington, D.C., <http://go.worldbank.org/QGUCPJTOR0>.

## **Gabinete do Alto Representante para os países menos avançados, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento das Nações Unidas (UN-OHRLS) e Gabinete do Conselheiro Especial para a África**

- 2006 *Migrant workers' remittances in Africa and LDCs: a new development paradigm*, Issues Paper, [http://www.un.org/special-rep/ohrls/Press\\_release/issues%20paper-%20remittances%20\\_OHRLS-OSAA\\_.pdf](http://www.un.org/special-rep/ohrls/Press_release/issues%20paper-%20remittances%20_OHRLS-OSAA_.pdf).

## **Consultative Group to Assist the Poor (CGAP)**

- 2009 *Poor People Using Mobile Financial Services: Observations on Customer Usage and Impact from M-PESA*, CGAP Brief, elaborado por O. Morawczynski e M. Pickens, CGAP, Washington, D.C., <http://www.cgap.org/p/site/c/template.rc/1.9.36723/>.

## **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED)**

- 2011 *Impact of Remittances on Poverty in Developing Countries*, Nações Unidas (NU), Nova Iorque e Genebra.

## **Crush, J. et al.**

- 2010 *Migration, Remittances and "Development" in Lesotho*, Migration Policy Series No. 52, Southern African Migration Programme (SAMP), Cidade do Cabo, <http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications/>.



**De Haas, H.**

- 2010 *Migration and Development: A Theoretical Perspective*, International Migration Review Vol. 44 (1), Primavera 2010: 227-264.

**Development Research Centre on Migration, Globalisation and Poverty (Migration DRC)**

- 2007 *Global Migrant Origin Database*, University of Sussex, Março 2007, [http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global\\_migrant\\_origin\\_database.html](http://www.migrationdrc.org/research/typesofmigration/global_migrant_origin_database.html).

**Dodson, B. et al.**

- 2008 *Gender, Migration and Remittances in Southern Africa*, Migration Policy Series No. 49, Southern African Migration Programme (SAMP), Cidade do Cabo, <http://www.queensu.ca/samp/sampresources/samppublications/>.

**Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)**

- 2007 *Travailleurs migrants et envois de fonds. Flux mondiaux de fonds envoyés vers les pays en développement et en transition*, FIDA, Roma, [http://www.ifad.org/remittances/maps/brochure\\_f.pdf](http://www.ifad.org/remittances/maps/brochure_f.pdf).
- 2010 *Travailleurs migrants et transferts de fonds vers l'Afrique. Marchés, environnement porteur et perspectives des transferts de fonds*, FIDA, Roma, [http://www.ifad.org/remittances/pub/money\\_africa\\_f.pdf](http://www.ifad.org/remittances/pub/money_africa_f.pdf).

**Fundo Monetário Internacional (FMI)**

- 2009a *Balance of Payments and International Investment Position Manual*, 6.ª edição (BPM6), FMI, Washington, D.C., <http://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>.
- 2009b *International Transactions in Remittances. Guide for Compilers and Users*, FMI, Washington, D.C., <http://www.imf.org/external/np/sta/bop/2008/rcg/pdf/guide.pdf>.

**Fortescue, S.**

- 2009 'An International Remittances Customer Charter: An Update', presented at the International Conference on Remittances, organized by the Italian Ministry of Foreign Affairs and the World Bank, 9 de Novembro de 2009, Roma, Itália.

**Gallina, A.**

- 2010 *Rapport 2011 sur la Mobilité Humaine. Migration et Développement Humain dans les pays ACP*, Andrea Gallina e Secretariado ACP, Bruxelas.

**Ghosh, B.**

- 2006 *Migrants' Remittances and Development. Myths, Rhetoric and Realities*, OIM, Genebra e The Hague Process on Refugees and Migration, Haia.

**Institute for Public Policy Research (ippr) e Global Development Network (GDN)**

- 2010 *Development on the Move. Measuring and Optimising Migration's Economic and Social Impacts*. Ippr e GDN, Londres, <http://www.ippr.org/research/themes/project.asp?id=2326>.

**Instituto das Comunidades (IC), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Cabo Verde**

- 2006 *Manual do Emigrante*, Instituto das Comunidades (IC), Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Praia, Maio 2006. [http://www.diasdecaboverde.org/admin/Documents/Manual%20do%20Emigrante\\_PT\\_20100318154004.pdf](http://www.diasdecaboverde.org/admin/Documents/Manual%20do%20Emigrante_PT_20100318154004.pdf).

**Irving, J., S. Mohapatra e D. Ratha**

- 2010 *Migrant Remittance Flows. Findings from a Global Survey of Central Banks*, documento de trabalho do Banco Mundial N.º 194, Banco Mundial, Washington, D.C..

**Kerzner, S.**

- 2009 *"Cash and carry": understanding the Johannesburg – Zimbabwe remittance corridor*. Documento de consulta elaborado para o FinMark Trust, Centre for Financial Regulation and Inclusion (Cenfri), [http://www.cenfri.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=72:zimbabwe-remittance-corridor-july-2009&catid=39:micro-insurance-publications&Itemid=30](http://www.cenfri.org/index.php?option=com_content&view=article&id=72:zimbabwe-remittance-corridor-july-2009&catid=39:micro-insurance-publications&Itemid=30).

**Levitt, P.**

- 1998 *Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion*, *International Migration Review*, Vol. 32(4): 926-948.

**Luthria, M.**

- 2009 *The Importance of Migration to Small Fragile Economies*, Human Development Research Paper 2009/55, PNUD, [http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP\\_2009\\_55.pdf](http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_55.pdf).

**Melde, S. e D. Ionesco**

- 2010 *Mainstreaming Migration, Development and Remittances in the LDCs Post-Brussels Plan of Action*, documento de referência para o seminário sobre migrações e desenvolvimento 'Migration, Development and Remittances in the LDCs Context – An LDC-IV Preparatory Event', Nova Iorque, 17 de Junho de 2010, <http://www.unitar.org/ny/migration-and-least-developed-countries>.

**Mohapatra, S., D. Ratha e A. Silwal**

- 2010 *Outlook for Remittance Flows 2011-12. Recovery after crisis, but risks lie ahead*, Migration and Development Brief 13, Unidade das migrações & transferências de fundos, Banco Mundial, 8 de Novembro de 2010, <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/MigrationAndDevelopmentBrief13.pdf>.

**Newland, K. (ed.)**

- 2010 *Diasporas. New Partners in Global Development Policy.* Migration Policy Institute, Washington, D.C., [http://www.migrationpolicy.org/research/migration\\_development.php](http://www.migrationpolicy.org/research/migration_development.php).

**Organização Internacional para as Migrações (OIM)**

- 2009a *The MIDA experience and beyond. Operationalizing Migration for Development Across Regions,* OIM, Genebra, [http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&products\\_id=536](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&products_id=536).
- 2009b *Supporting an Affordable Electronic Remittance Transfer System Between Tanzania and Uganda,* OIM -Universal Postal Union – Pan African Postal Union Pilot Project Report, elaborado por Dr. H. Bohela Lunogelo, OIM-UPU, Dar es Salaam, Dezembro 2009.

**Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), OIM e Bureau Internacional do Trabalho (BIT)**

- 2006 *Handbook on Establishing Effective Labour Migration Policies in Countries of Origin and Destination,* OSCE, OIM e BIT, Viena e Genebra.

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**

- 2009 *Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos,* Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, PNUD, Nova Iorque, [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf).

**Ratha, D. e S. Mohapatra**

- 2007 *Increasing the Macroeconomic Impact of Remittances on Development,* Development Prospects Group, Banco Mundial, Washington, D.C., [http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Increasing\\_the\\_Macro\\_Impact\\_of\\_Remittances\\_on\\_Development.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Increasing_the_Macro_Impact_of_Remittances_on_Development.pdf).

**Ratha, D. et al.**

- 2011 *Leveraging Migration for Africa. Remittances, Skills, and Investments.* The World Bank, Washington, D.C.

**Reinke, J.**

- 2007 *Remittances in the Balance of Payments Framework: Current Problems and Forthcoming Improvements*, Seminário sobre estatísticas relativas a transferências de fundos, The Center of Excellence in Finance, Ljubljana, Eslovênia, 26 de Fevereiro – 2 de Março de 2007, FMI, departamento estatístico, <http://www.imf.org/external/np/sta/bop/pdf/rem.pdf>.

**Shuaib, F.**

- 2008 *Timor Leste Country Report*, Monash Asia Institute, Institute for Regional Development, University of Tasmania, Foundation for Development Cooperation, [http://www.auseid.gov.au/publications/pdf/etimor\\_study.pdf](http://www.auseid.gov.au/publications/pdf/etimor_study.pdf).

**Yang, D.**

- 2009 *International Migration and Human Development*, Human Development Research Paper 2009/29, PNUD, [http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP\\_2009\\_29.pdf](http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_29.pdf).





África Oriental  
 África Central  
 África Austral  
 Caribe  
 Haiti  
 saúde  
 formação  
 Timor-Leste  
 diásporas  
 base de dados  
 Senegal  
 trabalho  
 Sul-Sul  
 desenvolvimento  
 República Democrática do Congo  
 estatísticas  
 África Ocidental  
 direitos  
 Camarões  
 tráfico de pessoas  
 deslocamento  
 urbanização  
 Papua Nova Guiné  
 Lesoto  
 Quênia  
 Meio ambiente  
 integração  
 migração  
 remessas  
 gênero  
 Pacífico  
 Angola  
 retorno  
 observatório

## Observatório ACP das Migrações

20, rue Belliardstraat (7º andar)

1040 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0)2 894 92 30 - Fax: +32 (0)2 894 92 49

ROBrusselsACP@iom.int - [www.acpmigration-obs.org](http://www.acpmigration-obs.org)



Uma iniciativa do Secretariado ACP, financiada pela União Europeia,

implementada pela IOM e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do UNFPA

